

IMAGENS E MEMÓRIAS DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES DE CAMPOS

GOMES, Luiz Claudio Gonçalves - UFF / CEFET Campos

GT: História da Educação / n.02

Agência Financiadora: Não contou com financiamento

INTRODUÇÃO

A Escola de Aprendizes Artífices de Campos foi inaugurada em janeiro de 1910 e concluiu seu ciclo em 1942 sem que sua história tivesse sido escrita, muito menos registrada de outro modo que não o fragmentado. A inexistência de qualquer obra, ou mesmo de uma simples publicação sistematizada sobre a história da educação profissional realizada nessa cidade, nos impulsionou no sentido de poder dar alguma contribuição. Para tanto, sugerimos o uso da fotografia como importante fonte de consulta e análise.

As imagens fotográficas configuram-se como uma espécie de janela para olhar a Escola de Aprendizes Artífices de Campos, mas não com os olhos de hoje e sim com o intento de recuperar sua história de ensino profissional técnico, pioneira na cidade e no cenário nacional.

ENSINO, TRABALHO E PRECONCEITO

No início do século passado, os desocupados, os vadios, os mendigos, os ladrões e toda sorte de marginalizados e excluídos sociais, começavam a se agrupar nas grandes cidades, oferecendo desafio constante à ordem estabelecida.

Assim, preferencialmente o Estado deveria ocupar-se da criação de instituições de confinamento, polidas nos moldes e valores burgueses para a formação do caráter do jovem. Tais instituições teriam ainda um caráter policial na luta contra a vagabundagem e a criminalidade cometida pelos menores (QUELUZ, 2000).

O surgimento das Escolas de Aprendizes Artífices foi o acontecimento mais marcante do ensino profissional na Primeira República (CUNHA, 2000) e a de Campos

foi uma das 19 criadas pelo Decreto-Lei nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, assinado pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha.

No início de suas atividades, em 1910, a escola de Campos se destacava pelo alto índice de matriculados. Juntamente com a escola do Paraná a escola de Campos se manteve entre as duas escolas com maior número de matrícula. A escola campista chegou a alcançar, em 1919, o surpreendente número de 521 alunos inscritos.

Mas havia um grande despreparo dos mestres e as escolas se constituíam em espaço de qualificação de uma mão-de-obra que previam cursos de duração e intensidades variadas. Isso acarretou um mau funcionamento das escolas, tornando-as simples escolas primárias.

O caso particular da escola de Campos é controvertido, já que foi a única a não seguir o critério de instalação mais adequada fora da capital. A escola do estado se estabeleceu na cidade natal do então Presidente Nilo Peçanha. Diferente do que possa parecer não se trata de mais uma referência nepotista, mas às vicissitudes da pequena política fluminense, pois o Presidente do Estado do Rio de Janeiro Alfredo Backer não se dispôs a oferecer ao governo federal facilidades físicas para a instalação da escola na capital do estado (MONITOR CAMPISTA, 1909; CUNHA, 2000).

Nas idéias que vigoravam à época existia uma desvinculação entre formação profissional e educação, entre trabalho e educação. Educação era aquela de base teórica, porém intelectualista, voltada para a formação das classes dirigentes, daqueles que iriam ocupar os cargos de comando, ou burocráticos, na sociedade; formação profissional era aquela de base prática, voltada para as classes populares, para os "desfavorecidos da fortuna" (BRANDÃO, sd).

Quanto à perspectiva de a criação destas escolas estar voltada para o desenvolvimento das indústrias do país, como uma adequação da política de incentivo ao ensino de ofícios como resposta e estímulo do processo de industrialização, Cunha faz uma longa análise onde demonstra ser este um equívoco de interpretação. Para o autor, se fosse este o caso, deveria existir uma "correspondência entre a distribuição espacial das empresas manufatureiras e a localização das escolas" (1983, p. 53).

Como alguns estudiosos do tema já têm apontado, o decreto que cria esta rede de ensino é muito claro quanto aos problemas que se leva em conta para justificar a sua criação:

[...] *não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime [...]* (BRASIL, 1909 – grifo nosso).

Aqui podemos perceber que uma das maiores preocupações referia-se aos novos problemas que surgiam com o processo de urbanização. Ao mesmo tempo, já naquele momento, começava-se a perceber a necessidade de incentivar a nova classe social que vinha se formando a vender sua força de trabalho, dedicando-se a atividades até então desvalorizadas, tornando-se importante "fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo"

Uma medida inovadora trazida pelo regulamento de 1926 foi a *industrialização* das escolas de aprendizes artífices e tinha por objetivo aumentar a produção e a renda das Escolas, além de tentar oferecer ao aluno um campo de aprendizagem mais vasto.

A produção das oficinas era reorientada para o mercado, cabendo aos alunos remuneração conforme seu trabalho, não por uma diária, como até então se fazia. Para seu mentor, Lüderitz, o principal motivo para introdução da industrialização nas escolas de aprendizes artífices era de razão técnica, uma vez que, para ele, não seria possível um aluno aprender sem a sua prática (CUNHA, 2000).

No geral, foi ineficaz a industrialização das oficinas e outras medidas similares, através das quais tentou-se, ao longo dos anos, diminuir as altas taxas de evasão e corrigir a baixíssima produtividade das escolas de aprendizes artífices (CUNHA, 2000).

IMAGENS E OUTRAS FONTES DE PESQUISA

Pesquisar, no âmbito da história da educação, é estar diante de uma diversidade de fontes e possibilidades, com o uso de "novos" documentos, até então desconsiderados. Dentre as variadas fontes encontramos: cadernetas, boletins, discursos, documentos escolares, relatos orais, fontes iconográficas (fotografias, ilustrações, filmes), periódicos (jornais, revistas) e outros.

Essa tendência tem aproximado outras disciplinas das ciências humanas com a história, no sentido de desenvolver uma metodologia adequada aos novos tipos de textos (CARDOSO e MAUAD, 1997).

Essa complementaridade entre os diversos tipos de material se mostra de muita utilidade, já que fornece uma visão de conjunto do fenômeno muito mais rica que apenas uma fonte de dados conseguiria alcançar (SINSON, 1996).

A fotografia é um componente de uma intrincada rede de significações que revela pistas através da produção de imagem. A imagem possui um caráter conotativo que nos leva aos modos de ser e de agir do contexto no qual estão inseridos como mensagem (ANDRADE, 1990, p. 2).

Através das entrevistas realizadas com ex-alunos e ex-professores, nossa pesquisa buscou ampliar suas fontes para guardados pessoais, como fotografias documentos.

A história oral e as memórias não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas um campo de possibilidades que são compartilhadas. As diferenças individuais, no entanto, nos fazem lembrar “que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é apresentada nas necessárias abstrações das ciências sociais”. Trata-se de uma representação do real que não é muito fácil de gerir, ainda que nos pareça mais coerente, tanto pelo reconhecimento da subjetividade, como pela realidade objetiva dos fatos (PORTELLI, 1996, p. 72).

A imprensa local, através dos jornais de época, se constituiu em outra importante fonte de investigação, sobretudo do ponto de vista de como a sociedade percebia a escola de Campos.

Entendemos que a imprensa permite o “reconstruir” da história, trazendo à tona alguns modelos de funcionamento no campo educacional, constituindo-se num recurso valioso para enriquecer as análises no campo da história da educação, por veicular uma grande quantidade de informação, pela proximidade dos acontecimentos, pelo caráter veloz e polêmico de suas informações e pelo poder de intervenção na realidade.

ANÁLISE PRELIMINAR

Ao analisar o texto do Decreto n. 7.566 podemos perceber que mesmo se tratando do objetivo em formar operários e contramestres, a previsão de oficinas nas escolas para ensinar um trabalho manual ou mecânico já indica, em parte, qual o tipo de estabelecimento produtivo que se tinha em mente. E aqui cabe uma observação, pois devemos estar atentos para não interpretarmos equivocadamente o que naquele momento específico da história do país estava sendo compreendido por "indústria". Não

nos esquecendo do significado que estava sendo dado para a importância de "habilitar os filhos das classes desfavorecidas da fortuna" –muito mais do que qualificar uma mão-de-obra necessária, existia a preocupação com os problemas urbanos que os "desocupados" poderiam causar (BRANDÃO sd).

Os ofícios que eram ensinados em todas elas eram os de marcenaria, alfaiataria e sapataria, mais artesanais do que propriamente manufatureiros, o que mostra a distância entre os propósitos industrialistas de seus criadores e a realidade diversa de sua vinculação com o mundo do trabalho fabril (CUNHA, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propusemos o exame teórico de alguns conceitos fundamentais para estudar e interpretar a fotografia, como fonte histórica para a educação, à luz de metodologias de pesquisa histórica e sua aplicação ao nosso objeto de estudo, produto, tanto de relações técnicas e econômicas, quanto culturais.

Entendemos melhor a possibilidade do objeto estudado como reflexo de múltiplas leituras, viabilizadas através do uso de outras fontes, além das imagéticas, na reconstrução da história mais além do encanto da fotografia. Para tanto, identificação da data e local fotografado, legendas, historiografia sobre a época, o recurso da história oral e o levantamento factual, através da imprensa periódica, são constituintes de um rico material na reconstituição da memória e da história da educação.

É importante destacar que a qualificação que se pensava estava essencialmente voltada para o trabalho manual, que ainda sofria o estigma da escravidão abolida tão recentemente. Sendo assim, "formar para o trabalho" era o mesmo que "adestrar, treinar para técnicas manuais" ou, quando muito, "mecânicas". Não se tratava de uma formação que conjugasse teoria e prática. Por um lado, tínhamos uma produção nacional essencialmente agrícola, sem o uso de técnicas mais elaboradas e por outro, uma indústria muito incipiente, rústica, ainda baseada no artesanato e na manufatura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Ana Maria Mauad. **Sob o signo da imagem**: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação da classe dominante, no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX. Niterói: UFF, 1990.

BRANDÃO, Marisa. **Da arte do ofício à ciência da indústria**: a conformação do capitalismo industrial no Brasil vista através da educação profissional. sd. (mimeo).

BRASIL. Leis, Decretos. Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MAUAD, Ana Maria. História e imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997. cap. 18, p. 401-417.

CUNHA, Luiz Antônio. As escolas de aprendizes artífices e a produção manufatureira. **Revista da Faculdade de Educação**. UFF, Niterói, ano 10, nº 1-2, janeiro/dezembro 1983.

_____. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília (DF): Flacso, 2000.

MONITOR CAMPISTA. **Escola de Aprendizes Artífices**. 2, 3, 5, 7 e 8 de outubro de 1909. Campos (RJ).

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. In: **Tempo**. Rio de Janeiro, vol.1, nº 2. 1996. p. 59 - 72.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Concepções de ensino técnico na República Velha (1909-1930)**. Curitiba: CEFET-PR, 2000.

SINSON, Olga von. Depoimento oral e fotografia na reconstrução da memória histórico-sociológica: reflexões de pesquisa. In: **Boletim do Centro de Memória**. Unicamp, vol. 3, nº 5 jan/jun 1991.